

PROCESSO TCE N° 24.529.2018-40

ENTIDADE: Câmara Municipal de Acrelândia

NATUREZA: Consulta

OBJETO: Consulta sobre a legitimidade de o Poder Legislativo Municipal conceder adiantamento de salários para servidores ou subsídios para vereadores.

PROCURADOR: -

INTERESSADO: Marciano Bezerra da Silva

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

## ACÓRDÃO Nº 10.878/2018

### PLENÁRIO

**EMENTA:** Consulta. Câmara Municipal de Acrelândia. Legitimidade do Poder Legislativo Municipal conceder adiantamento de salários para servidores ou subsídios para vereadores. Conhecimento da Consulta para respondê-la em tese: impossibilidade de adiantamento de remuneração aos servidores, bem como de subsídios aos vereadores da Câmara Legislativa, antes a efetiva contraprestação dos serviços, não encontra amparo na legislação vigente por caracterizar empréstimo pessoal, e ainda, configurar violação das etapas de execução de despesa pública, sendo vedada a sua concessão. Remessa de resposta à Consulente.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, por: 1) CONHECER a Consulta formulada pelo Presidente da Câmara Municipal de Acrelândia, Ver. Marciano Bezerra da Silva; 2) Pela REMESSA DE RESPOSTA à ORIGEM, nos termos ora pronunciados, com a advertência de possuir abstratamente caráter normativo e constituir prejulgamento de tese, mas não de fato ou caso concreto que porventura venha a ser apreciado por este Tribunal previsto no art. 142, §3º, do Regimento Interno deste Tribunal, fazendo-o acompanhar das cópias das manifestações técnicas e orientativas expedidas pela Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária, por meio da 1ª IGCE (fls. 09/11) e parecer do Ministério Público de Contas (fls. 15/18); 3) RESPONDER, EM TESE, nos

seguintes termos: impossibilidade de adiantamento de remuneração aos servidores, bem como de subsídios aos vereadores da Câmara Legislativa, antes a efetiva contraprestação dos serviços, não encontra amparo na legislação vigente por caracterizar empréstimo pessoal, e ainda, configurar violação das etapas de execução de despesa pública, sendo vedada a sua concessão; e, 4) Após as formalidades de estilo, pelo ARQUIVAMENTO dos autos.

Rio Branco-Acre, 23 de agosto de 2018.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**  
Presidente do TCE/AC, neste feito

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Conselheira-Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente: **João Izidro de Melo Neto**

Procurador do MPC/TCE/AC

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 24.529.2018-40

ENTIDADE: Câmara Municipal de Acrelândia

NATUREZA: Consulta

OBJETO: Consulta sobre a legitimidade de o Poder Legislativo Municipal conceder adiantamento de salários para servidores ou subsídios para vereadores.

PROCURADOR: -

INTERESSADO: Marciano Bezerra da Silva

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

## RELATÓRIO

Trata-se de Consulta protocolada neste Tribunal de Contas, em 08/06/2018, formulada pelo Presidente da Câmara Municipal de Acrelândia, Ver. Marciano Bezerra da Silva, na qual se indaga, conforme fl. 02, nos seguintes termos:

**“Requerer informação sobre a legitimidade do Poder Executivo Municipal, conceder adiantamento de salários para servidores ou de subsídios para Vereadores, sendo que, o adiantamento seja descontado em folha de pagamento dentro do mês que fora concedido.”**

A Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária, por meio da 2ª IGCE, emitiu Relatório Técnico em que se manifestou pelo recebimento da consulta, assim como, pela impossibilidade da concessão de adiantamento de remuneração aos servidores e subsídios aos Vereadores.

Os autos vieram conclusos a essa relatoria no dia 15 de agosto do corrente ano.

O Ministério Público de Contas, por meio de seu ilustre Procurador-Chefe Dr. Sérgio Cunha Mendonça, pronunciou-se às fls. 15/18.

É o sucinto relatório.

Rio Branco - AC, 20 de agosto de 2018.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 24.529.2018-40

ENTIDADE: Câmara Municipal de Acrelândia

NATUREZA: Consulta

OBJETO: Consulta sobre a legitimidade de o Poder Legislativo Municipal conceder adiantamento de salários para servidores ou subsídios para vereadores.

PROCURADOR: -

INTERESSADO: Marciano Bezerra da Silva

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

## CONCLUSÃO E VOTO

*Preliminarmente*, cabe salientar que a consulente Presidente da Câmara Municipal de Acrelândia, Ver. Marciano Bezerra da Silva é legitimado à formulação de consulta a este Tribunal, nos termos do art. 142, § 1º, inciso V do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, e seus questionamentos, embora estejam desacompanhados de parecer do órgão de Assistência Jurídica<sup>1</sup>, preenchem os requisitos de admissibilidade e encerram relevante repercussão jurídica, financeira e orçamentária, estando à resposta, assim, inserida no âmbito de competência<sup>2</sup> desta Corte de Contas.

Lembrado ainda, que a resposta à consulta tem caráter normativo e constitui pré-julgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto, conforme disposto nos arts. 37, §2º, da Lei Complementar Estadual n° 38/93 e 142, §3º, do Regimento Interno desta Corte.

Quanto o *mérito*, hei por bem privilegiar os argumentos lançados no corpo técnico e do Ministério Público de Contas no decorrer da instrução para responder a consulente, objetivamente sob as premissas invocadas na consulta formulada, nesses termos:

<sup>1</sup> Requisito facultativo ao Gestor, **conforme dispõe art. 142, §2º do Regimento Interno deste Tribunal**, a seguir:

**§2º** As consultas devem conter a indicação precisa de seu objeto, serem formuladas articuladamente e instruídas, **sempre que possível**, com parecer do órgão de Assistência Técnica ou Jurídica da autoridade consulente. (grifo nosso).

<sup>2</sup> Consoante previsão contida na regra do art. 6º, inciso XVIII do Regimento Interno desta Corte (Resolução TCE/AC n°30 de 28 de novembro de 1996).

1) *É possível realizar o adiantamento de salários para servidores ou subsídio para Vereadores, de modo que tal adiantamento seja descontado em folha de pagamento no mês em que fora concedido?*

Resposta: A questão não encontra amparo legal na legislação vigente, tendo sido objeto de análise entre as Cortes de Contas do Estado do Paraná e Minas Gerais que inclusive já editou súmula, vejamos:

*"O adiantamento de salário ou remuneração do pessoal do serviço público, por caracterizar empréstimo pessoal, não pode ser realizado pela Administração Pública, que não está autorizada em lei a praticar ato de gestão dessa natureza (Súmula 90, publicada no "MG" de 12/12/91 - p. 31 e ratificada no "MG" de 13/12/2000 - p. 33)."*

*"Ementa: Consulta. Impossibilidade de se fazer adiantamento dos subsídios aos agentes políticos, bem como da remuneração dos servidores e/ou empregados públicos antes da efetiva contraprestação dos serviços à Administração Pública, sob pena de violação das etapas de execução de despesa consignada na Lei Orçamentária Federal. (Protocolo: 484897/03-TC/PR. Rel. Cons. Rafael Iatauro. Origem: Município de Mandaguari. Decisão: Resolução 1903/04-TC)."*

Neste contexto, conclui-se que concessão de adiantamento de remuneração aos servidores, bem como de subsídios aos vereadores da Câmara Legislativa, antes a efetiva contraprestação dos serviços, não encontra amparo na legislação vigente por caracterizar empréstimo pessoal, e ainda, configurar violação das etapas de execução de despesa pública, sendo vedada a sua concessão.

Ante o exposto, VOTO:

1) CONHECER a consulta formulada pelo Presidente da Câmara Municipal de Acrelândia, Ver. Marciano Bezerra da Silva;

2) Pela REMESSA DE RESPOSTA à ORIGEM, nos termos ora pronunciados, com a advertência de possuir abstratamente caráter normativo e constituir prejulgamento de tese, mas não de fato ou caso concreto que porventura venha a ser apreciado por este Tribunal previsto no art. 142, §3º, do Regimento Interno deste Tribunal, fazendo-o acompanhar das cópias das manifestações técnicas e orientativas expedidas pela Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária, por meio da 1ª IGCE (fls. 09/11) e parecer do Ministério Público de Contas (fls. 15/18); e,

3) RESPONDER, EM TESE, nos seguintes termos: impossibilidade de adiantamento de remuneração aos servidores, bem como de subsídios aos vereadores da Câmara Legislativa, antes a efetiva contraprestação dos serviços, não encontra amparo na legislação vigente por caracterizar empréstimo pessoal, e ainda, configurar violação das etapas de execução de despesa pública, sendo vedada a sua concessão.

4) Após as formalidades de estilo, pelo ARQUIVAMENTO dos autos.

É como VOTO.

Rio Branco – AC, 23 de agosto de 2018.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora

PROCESSO TCE N° 24.529.2018-40

ENTIDADE: Câmara Municipal de Acrelândia

NATUREZA: Consulta

OBJETO: Consulta sobre a legitimidade de o Poder Legislativo Municipal conceder adiantamento de salários para servidores ou subsídios para vereadores.

PROCURADOR: -

INTERESSADO: Marciano Bezerra da Silva

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

## CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.335ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia **23 de agosto** do corrente ano, presidida pelo Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria**, **Antonio Jorge Malheiro**, e as Conselheiras **Dulcinéa Benício de Araújo**, **Naluh Maria Lima Gouveia** e a Conselheira-Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza** e, como representante do Ministério Público de Contas, o Procurador Dr. **João Izidro de Melo Neto**. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Valmir Gomes Ribeiro e Antonio Cristovão Correia de Messias. **Decisão:** o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora **Naluh Maria Lima Gouveia**.” (fl. 20).

Rio Branco/AC, 31 de agosto de 2018.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora